

Medida sócio-educativa de internação em estabelecimento educacional: caricatura do sistema prisional? Um estudo de caso da comarca de Muriaé, MG

Renata Silva Campos¹, Ciro Andrade da Silva²,

1. Aluna do último ano do curso de Serviço Social da Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé, MG;
2. Mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades pela Universidade de Campos (UCAM); professor na Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé, MG.

RESUMO: Do período de 1830, com o código criminal, até 1964, com a Funabem, as políticas de proteção e as legislações destinadas ao adolescente acusado de ato infracional foram alicerçadas pelo preconceito, pela lógica da situação irregular e pela criminalização da pobreza. A partir da Constituição Federal de 1988 e da homologação da lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) –, foram implantadas as medidas sócio-educativas e o adolescente acusado de ato infracional passou a ser visto como sujeito de direitos. No entanto, percebe-se uma ausência de políticas públicas destinadas ao adolescente que cumpre medida sócio-educativa. É o caso dos adolescentes que cumprem a medida de internação na comarca de Muriaé.

Palavras-chave: políticas públicas, medidas sócio-educativas, internação em estabelecimento educacional.

RESUMEN: Medida socio-educativa de internación en establecimiento educacional: ¿ca-

ricatura del sistema penal? Un estudio de caso de la comarca de Muriaé, MG. Del periodo de 1830, con el código criminal, hasta 1964, con la Funabem, las políticas de protección y las legislaciones destinadas al adolescente acusado de un acto infraccionario fueron sustentadas por el preconcepto, por la lógica de la situación irregular y por criminalizar la pobreza. Los códigos vigentes en este periodo reiteraban la situación irregular. A partir de la constitución Federal de 1988 y de la homologación de la ley 8069/90 – Estatuto de la Infancia y del Adolescente (ECA) – fueron implantadas las medidas socio-educativas y el adolescente acusado de infracción pasó a ser visto como sujeto de derechos. Mismo así, se percibe una ausencia de políticas públicas destinadas al adolescente que cumple la medida de internación en la comarca de Muriaé.

Palabras llaves: políticas públicas, medidas socio-económicas, internación en establecimiento educacional.

ABSTRACT: Social-educational measure of admission in educational establishment: caricature of the prison system? A case study in the jurisdiction of Muriaé, MG. From the period of 1830, with the criminal code, until 1964, with the Funabem, the politics of protection and the legislations destined to the adolescent accused of infracional act were consolidated by the prejudice, by the logic of the irregular situation and by the criminalization of the poverty. The effective codes in that period reiterated the irregular situation. From the Federal Constitution of 1988 and the homologation of the law 8069/90 – Statute of the Infant and the Adolescent (ECA) –, the social - educational measures were implanted and the adolescent accused of infracional act passed to be seen as subject of rights. However, it is possible to notice an absence of public politics destined to the adolescent that fulfills social-educational measure. It is the case of the adolescents who fulfill the measure in the jurisdiction of Muriaé.

Keywords: public politics, social-educational measures, admission in educational establishment.

Introdução

Este trabalho faz uma reflexão acerca da medida de internação em estabelecimento educacional, considerando os reflexos do ideário neoliberal nas políticas de proteção ao adolescente acusado de ato infracional.

Utilizou-se pesquisa bibliográfica de livros que tratam da legislação destinada à prática de ato infracional (Código Criminal de 1830, Código Penal de 1890, Código Mello de Matos de 1927, Código de Menores de 1979 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Consultou-se literatura a respeito dos temas família, infância e juventude, e neoliberalismo: Volpi (2002), Fernandes (1998), Teixeira (2001), Soares (2002), Iamamoto (2006), Campos (2005).

Realizou-se, também, pesquisa documental a respeito da formação da Comarca de Muriaé-MG, e levantamento de dados junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Muriaé/MG (CMDCA) para análise das políticas locais destinadas à criança e ao adolescente em âmbito municipal.

Fez-se, ainda, uma pesquisa com oito adolescentes acusados de ato infracional que estavam cumprindo a medida de internação em estabelecimento educacional, e que eram encaminhados periodicamente ao setor técnico do Fórum de Muriaé/MG (Serviço Social Judicial/Psicologia Judicial), para reavaliação da medida através de estudo social e estudo psicossocial.

I – A política de atendimento do Código Criminal de 1830 ao ECA

Para melhor compreender as leis e políticas destinadas aos adolescentes acusados de ato infracional, cabe fazer uma análise de como estas foram criadas.

1.1– Contextualizando o histórico da legislação e da política de atendimento de 1830 a 1930

As leis e políticas voltadas para a criança e o adolescente em relação à prática de atos infracionais, no decorrer da história, foram marcadas por caráter

estigmatizante de preconceito e moralização¹.

A partir do século XIX, os adolescentes entre 14 e 17 anos estavam sujeitos às mesmas leis que os adultos, porém cumpriam apenas um terço da pena destinada àqueles. Assim, de acordo com Ferreira,

A primeira lei penal do Brasil foi o código criminal de 1830 que apresenta as principais referências particulares de tratamento aos menores de 21 anos, adotando a “teoria do discernimento”, onde determinava que os menores de 14 anos que tivessem agido com discernimento seriam recolhidos a “casa de correção” e os menores entre 14 e 17 anos “estariam sujeitos à pena de cumplicidade (2/3 do que cabia ao adulto)”, e os maiores de 17 e menores de 21 anos “gozariam de atenuante da maioridade” (FERREIRA, 1996, p. 15).

No primeiro Código Penal da república brasileira, elaborado na década de 1890, não eram considerados criminosos os que tinham menos de nove anos, e os com idade de nove até 14, quando ficasse provado que agiam sem discernimento.

Nesse período, na vigência dos Códigos Penais de 1830 e 1890, cria-se, em 1875, com o decreto nº 5849 de 9 de janeiro, o Asilo de Meninos Desvalidos. De acordo com Fernandes (1998), o art. 1º preconiza que: “o Asylo é um internato destinado a recolher e educar meninos de 6 a 12 annos de idade, nos termos do art. 62² do regulamento que baixou como o decreto nº. 1. 331-A de 17 de fevereiro de 1854”.

- 1 Cabe citar que o atendimento a criança e ao adolescente no Brasil no período colonial e imperial foram voltados a formas de filantropia, e caridade da igreja católica, no qual teve-se ações preconceituosas como, por exemplo, a separação de crianças índias e negras de seus pais e também se teve a roda dos expostos que era dedicada a crianças nascidas na ilegitimidade.
- 2 Art. 62. Se em qualquer dos Districtos vagarem menores de 12 annos em tal estado de pobreza que alem de falta de roupa descente para freqüentarem as escolas, vivão em mendicidade, o Governo os fará recolher a huma das casas de asylo que devem ser creadas para este fim com hum Regulamento especial. Em quanto não forem estabelecidas estas casas , os meninos poderão ser entregue aos parochos ou coadjutores, ou mesmo aos professores dos districtos, com os quais o Inspector Geral contractará, precedendo a aprovação do Governo o pagamento mensal da somma precisa para o supprimento dos mesmos meninos (FERNANDES, 1998, p. 101).

O nome por si só já traz um preconceito, e percebe-se que a intenção do Asilo de Meninos Desvalidos seria atender menores (termo utilizado na época) que vagassem em estado de pobreza e que não possuísssem roupas decentes para freqüentarem a escola.

Pode se notar que essas leis – como a que cria o Asilo –, trazem em seu arcabouço a idéia de educar e “limpar” a sociedade daqueles que provocassem desordem. A pobreza era vista como um erro, até uma falha no caráter, e os filhos de famílias empobrecidas eram passados para a tutela do Estado e, muitas vezes, os pais perdiam o pátrio³ poder.

Outra instituição existente que revela essa lógica de preconceito e moralização, antes do advento do Juízo de Menores, é a Escola Quinze de Novembro, criada pelo Decreto nº 4. 780, de 2 de março de 1903:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização que lhe conferem os arts. 1º, n.IV, 6º e 7º da Lei n.947, de 29 de dezembro de 1902, (*) e Considerando que o fim da escola correccional “Quinze de Novembro” é educar e velar sobre os menores, que, pelo abandono ou miséria dos paes, vivem às soltas e expostos à pratica e transgressões próprias de sua idade (...) (FERNANDES, 1998, p. 85).

Além da Escola Quinze de Novembro, cria-se, no mesmo ano, a Colônia Correccional dos Dois Rios, que trazia no primeiro artigo de sua constituição um preconceito e uma demonstração de visão positivista: “pegar uma parte doente do corpo, curá-la para depois devolvê-la a sociedade”.

Art. 1º. A colonia dos Dous Rios, destinada á rehabilitação, pelo trabalho e educação, dos mendigos validos, do sexo masculino, vagabundos ou vadios, capoeiras, ébrios habituais, jogadores, ladrões, dos que praticaram o lenocínio e dos menores viciosos, que foram encontrados e como taes julgados (...) (IDEM, 1998, p. 80).

3 Atualmente, de acordo com o Novo Código Civil, fala-se poder familiar, que dá poder aos pais. Já o termo pátrio, refere-se apenas ao pai.

Cabe ressaltar, ainda, que antes da Criação do Juízo de Menores, ocorre a primeira medida de organização de assistência à infância, em 1921, com o Serviço de Assistência e Proteção à Infância Abandonada e Delinqüente. Em seu regulamento, a definição de abandono era extensa; de acordo com Fernandes (1998), para que a família fosse obrigada a entregar seus filhos era preciso: não ter meios de subsistência, não ter habitação certa, trabalhar em ocupações proibidas ou contrárias a moral e aos bons costumes, mendigar ou vagar pelas ruas, dentre outras.

A assistência pública não abrangeria só os doentes, alienados, deficientes, idosos, incluiria também “os menores abandonados materialmente, abandonados moralmente e os jovens delinqüentes”. Os delinqüentes deveriam ser objetos de medidas preventivas e corretivas (TEIXEIRA, 2001, p. 24).

Reforçando essa lógica de preconceito, em 1923, há o surgimento do Juízo de Menores, destinados às crianças e adolescentes pobres e negros; para as crianças e adolescentes das classes abastadas foi criada vara de família.

É no contexto da criação do Juízo de Menores que surge o Código de Menores de 1927 (Mello de Matos), que dá o mesmo status para a criança e o adolescente negligenciada ou vítima ou infrator; para todos os casos usava-se o termo “menor abandonado”. Neste código, as medidas educativas disciplinares para os chamados delinqüentes são: internamento, perdão judicial e liberdade vigiada. O código dá início à etapa tutelar.

Anterior a esse código, é criado em 1924, o Abrigo de Menores que, mais tarde, em 1929, já no período do Código Mello de Matos, passa a chamar-se Instituto Sete de Setembro. Tal instituição era destinada aos “delinqüentes”, e preconizava a separação das crianças e dos adolescentes por sexo e faixa etária.

Assim, toda a construção das leis e políticas para crianças e adolescentes, durante o período de 1830 a 1930, foi representada por instituições que tinham como propósito “limpar” a sociedade de seus piores elementos, reprimindo o vício, a vagabundagem e o crime.

1.2 – Da intervenção do SAM a Funabem, 1941-1985

É no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que a temática dos atos infracionais praticados por crianças e adolescentes sai do âmbito jurídico e passa para o campo político.

Em plena vigoração do Código Mello de Matos, em 1941, conforme Fernandes (1998), o decreto-lei nº 3.799 de 5 de novembro transformou o Instituto Sete de Setembro em Serviço de Assistência a Menores (SAM), que tinha como objetivo fornecer atividades aos “menores desvalidos e infratores”, considerando as crianças e adolescentes pobres como potenciais marginais.

No SAM, havia a presença do assistente social e de outros profissionais, mas todos deveriam seguir as diretrizes do SAM, que quebrava os vínculos familiares de seus internos. Uma vez no SAM, as crianças e adolescentes perdiam o vínculo com a família, ficando sob a tutela da instituição.

No início da década de 1960, havia um forte debate para que ocorressem mudanças no SAM, por causa de denúncias de desvios de verbas, superlotação, e falta de higiene, entre outros. O SAM ficou marcado por seus métodos inadequados, pela repressão institucional e por diversas rebeliões.

Com o Golpe Militar, em 1964, a Lei nº 4.513, de 1º de novembro de 1964, autorizou o Poder Executivo a criar a Fundação do Bem-Estar do Menor (Funabem), incorporando a esta o patrimônio do SAM. Dessa forma, extinguiu-se o SAM e cria-se a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), com a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), que mais tarde se descentralizou na, surgindo a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) (FERNANDES, 1998).

As crianças e adolescentes ditas em situação irregular apresentavam, no modelo da PNBEM, um risco para a sociedade e, por isso, era mantida a prática da internação para proteger a sociedade do perigo, e a polícia atuava energeticamente no recolhimento das crianças e adolescentes em situação irregular.

[...] um exemplo de como a polícia do Rio de Janeiro não era omissa quando se tratava do recolhimento de menores perambulantes: “De 12 de abril de 1967, quando se estabeleceu o Sistema de Recolhimento Provisório de Menores da FUNABEM até junho de 1976, a polícia carioca recolheu perto de 90.000 (noventa mil) menores das ruas, alguns com passagens”. O autor esclarece que tais números referem-se somente a menores abandonados ou perambulantes e que os infratores eram incluídos em outra estatística (CAVALLIERI apud PEREIRA, 1998, p. 26).

É na vigência da PNBEM que se tem a homologação do Novo Código de Menores, Lei nº 6.697, de 19 de outubro de 1979. O Novo Código de Menores não faz distinção entre abandonados e infratores, considerando ambos em situação irregular.

Menor passa a ser não só uma referência jurídica (menor de 18 anos), mas também um substantivo pejorativo. “Toda a vez que se faz referência ao menor está-se referindo ao menor abandonado, menor delinqüente... em uma situação irregular. Diz-se “o meu filho, o meu garoto”, jamais “o meu menor” (TEIXEIRA, 2001, p. 26).

Este novo Código, apesar de ter abordagem mais humana em relação aos “menores”, ainda faz distinção entre menores - os pobres - e crianças e adolescentes, reiterando, assim, a lógica de situação irregular defendida pela PNBEM.

Apesar de ter uma proposta em consonância com as diretrizes internacionais, dentre essas a Declaração Universal dos Direitos da Criança, a PNBEM, com a Febem, ficou, conforme Pereira (1998), com suas propostas de conteúdo pedagógico apenas no papel, pois na prática prevaleceram os objetivos de um governo arbitrário voltado para o controle da sociedade. Assim, a Febem acabou ganhando o rótulo de “escola do crime”.

Dessa forma, a Febem, calcada na lógica de controle da sociedade pelo Estado, não obteve êxito. As inúmeras rebeliões de internos forçaram a uma reformulação das mesmas dentro da PNBEM. Assim, as grandes escolas internas foram desativadas e substituídas por outras alternativas, entre elas, os Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (CRIAM's).

Mas, apesar de toda essa reformulação, na década de 1980, devido à mobilização da sociedade, a Febem começa a ser extinta (ao menos com a mudança do nome) em 1985, com o fim da ditadura militar. Porém, a Febem ainda se manteve em vários locais com essa nomenclatura, como, por exemplo, no estado de São Paulo.

1.3 – A Constituição Federal de 1988 abre espaço para a consolidação do ECA

Na década de 1980, há um grande processo popular de mobilização, surgindo atores e lideranças, movimentos sociais e políticos. A partir daí, surge, por exemplo, a pastoral do menor e muitos grupos de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Em 1985, destaca-se o MNMMR (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua), fomentando discussões que mais tarde se configuraram como propostas para a Constituição Federal de 1988, também conhecida como “Constituição Cidadã”. Esta estabelece o primeiro artigo em prol das crianças e dos adolescentes, originado na proposta da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança da ONU.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (artigo 227 da Constituição Federal de 1988).

Cabe lembrar que essa mobilização, ocorrida no Brasil em prol das crianças e dos adolescentes, foi reflexo de movimentos que aconteciam no mundo. Dentre estes, destacamos: Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança; Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e Juventude (Regras de Beijing); Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade; Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei; Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad).

No bojo de todas essas mudanças, é homologada a Lei nº 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o primeiro a estabelecer igualdade entre crianças e adolescentes de toda e qualquer classe social e etnia, sem qualquer tipo de preconceito ou discriminação. É a passagem da situação irregular dos antigos Códigos de Menores para a doutrina da proteção integral. Com o ECA foi extinto o Código de Menores de 1979.

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros, meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (ECA, 2004, p. 228).

Antes de relatar os avanços do ECA, cabe trazer à tona que, de acordo com Gonçalves (2005), que o estatuto foi promulgado no interior de uma cultura que, durante um século, preconizava que a criança originada em família disciplinada seria portadora de direitos, enquanto o menor seria aquele que a família não quis ou o Estado não pode disciplinar, destinando-se a estas medidas de cunho repressivo. Além dessa herança cultural, o ECA foi homologado em plena entrada do neoliberalismo no Brasil.

O ECA prima pelo bem estar do adolescente, pois, ao contrário da legislação anterior (Código Mello de Matos e Código de Menores), transforma a

relação entre a sociedade civil e o Estado através da participação e rompe com a visão de práticas correcionais, repressivas e assistencialistas, que eram aplicadas às crianças e adolescentes pobres e negros. A criança e o adolescente passam a ser vistos como sujeitos de direitos, com garantias da lei e proteção integral.

No ECA, a política de atendimento à criança e ao adolescente é estruturada em princípios de hierarquia – União, estado e municípios – e em princípios de complementabilidade, que estabelecem a articulação entre as ações governamentais e não-governamentais em todos os níveis, bem como a descentralização político-administrativa e a participação da população, por meio de suas organizações representativas.

De acordo com Fernandes (1998), em cumprimento a uma das diretrizes da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente determinadas no ECA (art. 88, II), foi promulgada, um ano após a vigência do estatuto, a Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, que criou o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). A mesma lei, no artigo 6º, determinou a criação do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente⁴.

4 Art.1º - O Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA), instituído pelo art.6º da Lei nº8.242, de 12 de outubro de 1991, que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), e dá outras providências à implantação e implementação da Política Nacional de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, nos termos da Lei nº.8069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art.2º-O FNCA tem como princípios:

I - a participação das entidades governamentais e não-governamentais, desde o planejamento até o controle das políticas e programas voltados para a criança e o adolescente;

II - a descentralização político-administrativa das ações governamentais;

III - a coordenação com as ações obrigatórias e permanentes de responsabilidade do Poder Público;

IV - a flexibilidade e agilidade na movimentação dos recursos, sem prejuízo da plena visibilidade das respectivas ações (DECRETO nº 1.196, de 14 de julho de 1994).

Outra conquista foi a criação do Conselho Tutelar nos municípios, para garantir absoluta prioridade na efetivação dos direitos e orientar a construção da política municipal de atendimento a crianças e adolescentes, conforme disposto no título V do ECA. Sua função, conforme o art.131 do ECA⁵, é garantir promoção e defesa dos direitos assegurados por este.

Contudo, para que crianças e adolescentes sejam atendidos em seus direitos, é necessária uma rede de atendimento integrada e articulada, composta por serviços e programas voltados à atenção dos direitos das crianças e dos adolescentes previstos no art. 227 da Constituição Federal e no art. 4⁶ do ECA.

O ECA passa a considerar criança os que têm até doze anos incompletos e adolescentes os de 12 até 18 anos de idade, e passa a vê-los como sujeitos de direitos. A partir do ECA, ocorre a separação entre crianças e adolescentes: para as crianças têm-se as medidas de proteção e para os adolescentes as medidas sócio-educativas, sendo que também se utilizam medidas de proteção para os adolescentes que cometem ato infracional de menor gravidade.

De acordo com Fernandes (1998), não obstante os preceitos legais de descentralização do atendimento no âmbito dos estados e municípios, no imaginário popular, a Funabem ainda aparece como o cenário que congrega as entidades que assistem a infância e juventude e, portanto, o adolescente infrator. Dessa forma, percebe-se que a lógica preconceituosa e o uso do termo “menor” ainda é freqüente e, mesmo com todos os avanços do ECA, na realidade, muitas práticas antigas ainda prevalecem.

Com o intuito de ver o avanço da legislação voltada para a criança e o adolescente podemos destacar três fases importantes: de 1830 a 1930, com a execução de diretrizes e normas repressivas e de caráter discriminatório; de 1941 a 1985, com a política nacional caracterizada pelo paternalismo e autoritarismo; e, finalmente, 1988 a 1990, com a Constituição Federal de 1988 e o advento do ECA, com a lógica de proteção integral, sem distinção de crianças e adolescentes.

5 Art. 131- O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

6 Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Assim, percebe-se que o ECA trouxe várias mudanças, porém é subjugado por uma conjuntura em que falta investimento do Estado para as políticas públicas, bem como focalização e fragmentação das mesmas.

II – As medidas sócio-educativas no contexto atual do neoliberalismo: a particularidade da internação em estabelecimento educacional

2.1 – Neoliberalismo: reflexos nas políticas públicas

Entre 1945 e 1975, as políticas keynesianas, com o binômio fordismo/taylorismo, marcaram os chamados anos gloriosos. Porém, segundo Antunes (2000), esta política entra em crise com a queda da taxa de lucro, o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista, a hipertofia da esfera financeira, maior concentração de capitais, a crise do Welfare State ou Estado de Bem Estar Social, e o incremento acentuado das privatizações, entre outros. Nesse contexto, o capitalismo entra em crise estrutural e cai em profunda recessão. A essa crise estrutural, o capital responde com o ideário neoliberal e sua política de ajuste.

Inicia-se, então, um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal. Dessa fase, temos duas fortes expressões: a inglesa Thatcher e o americano Reagan. A isso se seguiu um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para que se retornasse aos patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 2000, p. 31).

Conforme Soares (2002), as políticas de ajuste fazem parte de um movimento de ajuste mundial, o qual se desenvolve num contexto de globalização financeira e produtiva. Esse processo de ajuste global na economia mundial caracteriza-se por um rearranjo da hierarquia das relações econômicas e políticas internacionais, feito sob a égide de uma doutrina neoliberal cosmopolita, gestada na capital política do mundo capitalista, denominada Consenso de Whashington. A autora, se referindo ao Consenso, caracteriza-o como “um conjunto” abrangente de regras de condicionalidade, aplicadas de forma cada vez mais padronizada nos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais.

O neoliberalismo reforça a lógica de Estado mínimo e mercado máximo. Um dos resultados disso é a refilantropização do social: cortam-se verbas das políticas públicas e sociais, e transferem-se responsabilidades para a sociedade civil. Junto ao ideário neoliberal ocorre no mundo uma nova reestruturação produtiva, a qual se configura na acumulação flexível⁷, que acarreta uma precarização das condições de trabalho. Assim, o neoliberalismo representa:

Retirada do Estado como agente econômico, dissolução do coletivo e do público em nome da liberdade econômica e do individualismo, corte dos benefícios sociais, degradação dos serviços públicos, desregulamentação do mercado de trabalho, desaparecimento dos direitos históricos dos trabalhadores; estes são os componentes regressivos das posições neoliberais no campo social, que alguns se atrevem a propugnar como traços da pós-modernidade (MONTES, 1996, p. 38 apud BEHRING, 2003, p. 58).

No Brasil, o neoliberalismo adentra a década de 1990 com o incentivo de Fernando Collor de Mello⁸ e tem características diferentes dos países de primeiro mundo, pois na história do Brasil há uma cultura de primazia da sociedade burguesa em detrimento de outras camadas da população. De acordo com Iamamoto (2006), a nossa história traz fortes marcas do escravismo colonial, de uma cultura política atravessada pelo patrimonialismo, do “coronelismo” e do “populismo”. Dessa forma, o Brasil já traz em sua raiz uma desigualdade social, que foi acentuada com o neoliberalismo.

- 7 Segundo Mota (2006), o que temos com essa nova Reestruturação Produtiva é: a precarização do trabalho em altos níveis com a terceirização; o enfraquecimento dos sindicatos que se tornaram sindicatos de empresas; a informalidade do trabalho; a redução de empregos; a busca cada vez mais por qualificação, pois exige-se um trabalhador polivalente e flexível; o aumento do trabalho feminino, por se pagar menos; e também de trabalho de adolescentes aprendizes e de crianças na clandestinidade.
- 8 A eleição de Collor deu-se nesse clima, no terreno fértil onde a dilapidação do Estado preparou o terreno para um desespero popular, que via no Estado desperdiçador, que Collor simbolizou com os marajás, o bode expiatório da má distribuição de renda, da situação depredada da saúde, da educação e de todas as políticas sociais. Foi esse voto de desespero que elegeu o Bismarck de Alagoas. (GENTILI; SADER, 1995:25)

Após o mandato de Collor (1990-1992), que sofreu impeachment em 1992, assume o poder Itamar Franco, seu vice (1992-1994); depois, Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002) que, em seus oito anos de governo, reafirmou e acentuou as políticas de cunho neoliberal, com uma série de privatizações e terceirizações. Com o fim da era FHC, elege-se Luiz Inácio Lula da Silva, um presidente desvinculado dos círculos acadêmico e próximo à realidade da classe trabalhadora, um sindicalista pertencente a um partido gestado pelos e para os trabalhadores. Apesar de suas origens, de 2003 até hoje, o governo de Lula manteve a onda neoliberal, com o corte das políticas públicas e investimento no âmbito privado, entre outros.

Com o corte das políticas públicas e sociais, aumenta a desigualdade social e acirra a questão social. Isso reflete na situação familiar. Segundo Alencar (2006), mais do que nunca, o Estado tende a se desobrigar da reprodução social; persiste a tendência de se transferir quase que exclusivamente para a família responsabilidades que a sobrecarregam. Quem mais sofre com isso são as famílias subalternizadas, que dependem das políticas públicas prescritas na Constituição Federal de 1988, dentre estas as de saúde, assistência social e educação.

Na verdade, o contexto de forte pressão neoliberal para o ajustamento fiscal subordinou a reorientação dos gastos sociais para os objetivos macroeconômicos. Priorizaram-se os programas focalizados, os fundos sociais de emergência e os programas sociais compensatórios voltados para o atendimento dos grupos pobres e vulneráveis. Ao lado da ampliação desses programas sociais de viés assistencialista, predominou a tendência de privatização da saúde, da educação e da previdência (ALENCAR, 2006, p. 74).

2.1 – O contexto atual do neoliberalismo e os reflexos nas medidas sócio-educativas: o caso da internação em estabelecimento educacional

As medidas sócio-educativas são aplicadas a adolescentes acusados de ato infracional. O ato infracional, como preconiza o ECA (art. 103), é a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

As medidas de proteção (art. 98⁹) para crianças de até 12 anos incomple-

9 Art. 98 – As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados:

I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;

II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;

III – em razão de sua conduta.

tos e as medidas sócio-educativas (art. 112) para os adolescentes de doze a dezoito anos de idade são: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semiliberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI¹⁰.

Essas medidas, para serem efetivadas, contam com a participação da União, estado e município, nas funções de normatizar, financiar, executar e apoiar (Quadro 1).

De acordo com dados de 2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), todas medidas sócio-educativas devem estar interligadas ao Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo (Sinase), aprovado em 8 de junho de 2006. Tal sistema é uma política pública social de implementação das medidas sócio-educativas, visando à inclusão dos adolescentes acusados de ato infracional no direito à dignidade humana.

No contexto atual, não há muito para comemorar quanto ao ato infracional e seu tratamento. As doutrinas da proteção integral e da situação irregular ainda disputam espaço. Apesar dos discursos, que alegam interesse no bem estar dos adolescentes, ainda existem funcionários violentos nas unidades de internação, nos conselhos tutelares e nas diversas instituições que lidam com os adolescentes acusados de ato infracional.

(...) Alguns dados serão suficientes para constatar que a garantia de direitos pouco avançou desde 1990; a bem é verdade, é preciso reconhecer que os índices de avaliação do atendimento a alguns direitos de cidadania recuaram

10 Art. 101 – Verificada qualquer das hipóteses previstas no art.98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: I-encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II-orientação, apoio e acompanhamento temporários;

III – matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

IV – inclusão em programa comunitário ou oficial, de auxílio à família, à criança e ao adolescente;

V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

desde então. Isto significa que, a despeito da adoção do modelo da proteção integral, terminamos perdendo o terreno para a crença arraigada de que a repressão e a exclusão são as estratégias básicas de intervenção sobre a Infância e Juventude (GONÇALVES, 2005, p. 38).

Em se tratando da medida sócio-educativa de internação em estabelecimento educacional¹¹, percebe-se que esta visa ao aspecto pedagógico, sem perder de vista o viés punitivo, já que há uma privação de liberdade, ou seja, do direito de ir e vir. Esta medida é a última opção para ser aplicada ao adolescente, sendo acionada somente em casos mais graves. O ECA preconiza que, na internação, o adolescente deve ser separado em cela pela idade, ato infracional cometido, e compleição física. Defende que, para uma efetiva “ressocialização”, sejam estimulados os aspectos educacionais e lúdicos, através de espaços próprios para estudo, capacitação profissional, lazer, arte e cultura.

Medida de Internação: A internação, como última das medidas na hierarquia que vai da menos grave para a mais grave, somente deve ser destinada aos adolescentes que cometem atos infracionais graves. (...) Garantias constitucionais e estatutárias: (...) a) sujeição aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; b) manutenção condicionada a avaliação em períodos máximos de seis meses; c) tempo máximo de internação de três anos, limite após o qual o adolescente deve ser liberado e colocado em regime de semiliberdade ou liberdade assistida; e liberação compulsória aos vinte e um anos de idade (art. 121); d) permissão para realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário (art.121, §1º); e) que a internação seja cumprida em entidade exclusiva para adolescentes,

11 Art.121– A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito a condição peculiar da pessoa em desenvolvimento .

obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração. Durante esse período (inclusive na internação provisória), são obrigatórias atividades pedagógicas (art. 123) (...).(GONÇALVES, 2005, p. 29).

No estado de Minas Gerais¹², até o ano de 2003, constatou-se que existiam 445¹³ adolescentes acusados de ato infracional, internados nas 12 instituições existentes no estado, reguladas pela Secretaria de Estado da Defesa Social. De acordo com Sposato (2004), tais instituições eram:

- Centro de Internação Provisória Dom Bosco (CEIP Dom Bosco): localizado em Belo Horizonte e administrado diretamente pelo estado, tinha capacidade para atender 60 jovens do sexo masculino, e estava abrigando 165 adolescentes;
- Centro de Integração do Adolescente de Sete Lagoas: localizado em Sete Lagoas, abrigava jovens do sexo masculino que cumpriam medida de internação. Era diretamente administrado pelo Estado. Tinha capacidade para 78 jovens e abrigava 76;
- Centro de Integração do Adolescente de Belo Horizonte: localizado em Belo Horizonte, era administrado diretamente pelo Estado. Tinha capacidade para atender 30 jovens do sexo masculino e abrigava 31;
- Centro de Reeducação Social São Jerônimo (CRSSJ): unidade exclusivamente feminina, que funcionava tanto para internação provisória quanto para internação definitiva (3 anos). Era administrada diretamente pelo Estado e tinha capacidade para 30 internas. Estava abrigando 17 jovens em cumprimento de medida de internação sem

12 O Estado de Minas Gerais de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2007 possuía 853 municípios.

13 Dados referentes ao mês de novembro de 2003. Fonte: Guia Teórico e Prático de Medidas Socioeducativas: SPOSATO(Coord),ILANUD,UNICEF,2004.

- prazo determinado e 27 em cumprimento de internação provisória;
- Centro Educacional Marista Marcelino Champagnat (Cemmac): unidade de internação para jovens do sexo masculino, localizada em Belo Horizonte. A gestão era feita pelo governo do Estado e pela ONG União Brasileira de Educação e Ensino (UBE). Tinha capacidade para atender 30 jovens e abriga 29;
 - Centro Educativo Dom Luís Amigo e Ferrer (CSEDLAF): unidade de internação e internação provisória para jovens do sexo masculino, localizada em Ribeirão das Neves. A gestão é feita conjuntamente pelo Estado e pela Congregação Terciários Capuchinos Amigonianos. Tinha capacidade para abrigar 30 jovens e atendia 45;
 - Centro de Integração Social do Adolescente (Cisau): unidade de internação para jovens do sexo masculino, localizada em Uberaba. A gestão é feita pela prefeitura, com verbas repassadas pelo Estado, que também supervisiona. Tinha capacidade para 20 jovens e atendia 21;
 - Centro de Atendimento e Reeducação do Adolescente-CARESAMI: unidade de internação para jovens do sexo masculino, localizada em Uberlândia. A gestão é feita pela prefeitura do município, com verbas e supervisão do governo do Estado. Tem capacidade para 20 jovens e atende 21;
 - Centro de Atendimento e Reeducação Social do Adolescente e do Menor Infrator: unidade de internação para jovens do sexo masculino, localizada em Janaúba. A gestão é feita pela prefeitura do município, com verbas e supervisão do governo do Estado. Tem capacidade para 20 jovens e abriga 20;
 - Centro de Integração Social e Assistência ao Adolescente (Cenisa): unidade localizada em Governador Valadares e gerida pela prefeitura com a supervisão do estado e verbas repassadas por este. A unidade tem 20 vagas para internação e 20 para semiliberdade, sendo que abriga 20 jovens internados e 9 em semiliberdade;
 - Casa de Semiliberdade Ouro Preto: localizada em Belo Horizonte, a gestão é feita em parceria entre o Estado e os Salesianos. Tem capacidade para atender 12 jovens e abriga 11;
 - Casa de Semiliberdade Santa Terezinha: localizada em Belo Horizonte, a gestão é feita por meio de uma parceria entre o Estado e os Salesianos. Tem capacidade para atender 15 jovens e abriga 12.

De acordo com dados do Sinase (2006), cada adolescente internado custa quatro mil reais para o Estado e, nas medidas de meio aberto, esse custo

cai para duzentos reais. No Brasil, de acordo ainda com o Sinase, são 8.092 vagas para 9.591 adolescentes internados. Isso demonstra que se gasta mais com medidas curativas, do que preventivas.

Sabe-se que a criminalidade é maior entre os adultos.

Estabelecendo uma comparação com os adultos, constatou-se que em 1994 os dados do Censo Penitenciário Brasileiro, do Ministério da Justiça, apresentavam uma média de 88 presos para cada 100 mil habitantes, enquanto o número de adolescentes privados de liberdade era 3 para os mesmos 100 mil habitantes. Em 1997, o número de adolescentes manteve-se proporcionalmente igual (VOLPI, 2001, p. 15).

Segundo o autor, a maioria dos adolescentes comete crime contra o patrimônio; apenas 25% dos adolescentes em 1997 cometeram crime contra a pessoa. Ainda conforme o autor, a maioria dos adolescentes “privados de liberdade” nunca teve instrução formal; os que tiveram, em geral, possuem apenas o ensino fundamental; trabalham informalmente; habitam em moradias populares; contribuem para a renda familiar; e a grande maioria quer mudar de vida. Este é o perfil dos adolescentes que compõem as instituições de internação, cujo objetivo é “ressocializar” e garantir a segurança da sociedade.

A segurança é entendida como a fórmula mágica de proteger a sociedade (entenda-se as pessoas e o seu patrimônio) da violência produzida por “desajustados sociais” que precisam ser afastados do convívio social para serem recuperados. É difícil para o senso comum juntar a idéia de segurança e cidadania. Reconhecer no agressor um cidadão parece-nos ser um exercício difícil e, para alguns inapropriado. Os adolescentes em conflito com a lei, embora façam parte do mesmo quadro acima citado, não encontram eco para a defesa dos seus direitos, pois, pelo fato de terem praticado um ato infracional, são desqualificados como adolescentes e rotulados como infratores, predadores, delinquentes, perigosos e outros adjetivos estigmatizantes que constituem uma face da violência simbólica (VOLPI, 2001, p. 14).

A história das instituições de internação é marcada pelo autoritarismo e

práticas excludentes e, mesmo com o ECA, velhos padrões ainda persistem, alicerçados pelo ideário neoliberal. A falta de investimento na política de internação de adolescentes acusados de ato infracional reforça as práticas das legislações pretéritas, dificultando a implantação plena das propostas do ECA.

III – As políticas locais e a efetividade das medidas sócio-educativas: estudo de caso da comarca de Muriaé, MG

3.1– Contextualizando a política local e as medidas sócio-educativas

Com o intuito de melhor abordar as políticas locais e as medidas sócio-educativas no município de Muriaé-MG, cabe antes traçar um breve histórico de como se formou a Comarca de Muriaé-MG¹⁴.

A Comarca de Muriaé-MG, de acordo com a historiadora Letícia Bicalho Canedo citada por Faria (1995), foi criada pela Lei nº 719, de 15 de maio de 1855. O município, por sua vez, só foi instalado 6 anos, 4 meses e 14 dias depois de sua criação, isto é, em 30 de setembro de 1861. Assim, os juízes exerciam suas funções independentemente da instalação do município, despachando e concedendo audiências nos próprios cartórios.

Desde a sua instalação, a comarca de Muriaé foi dotada de dois juízes: o de órfãos e ausentes e o juiz municipal, que julgava pequenas causas e presidia os trabalhos da instrução criminal. Entre 1855 e 1862, o serviço judicial funcionou provisoriamente na Comarca de Ubá, enquanto eram aguardadas as construções exigidas pela Lei de Criação de Municípios. Em 1862, chegou a Muriaé o primeiro juiz de Direito nomeado, o senhor Antonio Augusto da Silva Canedo, que aqui permaneceu até 1878, sendo sucedido por outros juízes que também exerceram o cargo na comarca de Muriaé.

Atualmente, Muriaé é uma comarca de primeira instância, de entrância final. Dispõe de seis varas, assim distribuídas: Vara Criminal e da Infância e Juventude, 1ª Vara Cível, 2ª Vara Cível, 3ª Vara Cível, 4ª Vara Cível e Juizado Especial Cível e Criminal. Também fazem parte da comarca de Muriaé os municípios de Laranjal, Rosário de Limeira e Patrocínio de Muriaé, incluindo seus

14 Município situado às margens da BR-116 e BR-356, Muriaé têm boa infra-estrutura de serviços na área comercial. É uma cidade que conta de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), de 01/07/2005 com uma população de 98.850 habitantes e 67.860 eleitores, e com um PIB em 2002 de 392,853 mil reais.

distritos e zona rural.

As instituições voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes são: Lar São José, CAIC, CEMEI, CEMAM, Centro Educacional Dom Delfim, Projeto Gente Jovem, AABB Comunidade, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Movimento Pró-Cultura e FUNDARTE. Há também clínicas confessionais de desintoxicação que destinam vagas à criança e ao adolescente. Existe, ainda, o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), que é a entidade máxima responsável pela garantia dos direitos desse segmento, e o Conselho Tutelar, responsável por zelar contra qualquer quebra de direitos da criança e do adolescente.

Das instituições citadas, as cadastradas no CMDCA são: AABB Comunidade, Projeto Gente Jovem e Movimento Pró-Cultura. Outras entidades cadastradas são: Secretaria Municipal de Educação, Associação de Moradores do Bairro São Cristóvão, Casa de Caridade-Hospital São Paulo. Conforme a assistente social da Secretaria de Desenvolvimento Social, há mais entidades que participam, porém nem todas fizeram o seu cadastro¹⁵.

Na cidade de Muriaé, dentre as medidas sócio-educativas previstas no art. 112 do ECA, as mais utilizadas são: a) advertência; b) obrigação de reparar o dano; c) prestação de serviços à comunidade; d) liberdade assistida; e) internação em estabelecimento educacional. Das medidas citadas, destacaremos a forma como vem sendo cumprida a última, ou seja, a internação em estabelecimento educacional.

Muriaé não possui uma instituição para adolescentes acusados de ato infracional, como preconiza o ECA. Dessa forma, os adolescentes ficam na cadeia pública em cela separada dos adultos, mas estão sujeitos aos mesmos problemas da população carcerária, como, por exemplo, o da superlotação. Na cadeia, eles aguardam vaga nas instituições mais próximas, que ficam em Sete Lagoas ou Belo Horizonte. Além da possível transferência do adolescente, o que não condiz com a proposta do ECA de mantê-lo próximo à família, ele acaba concluindo a medida na cadeia pública de Muriaé, pois nunca surgem vagas em Sete Lagoas ou BH. Dessa forma, o adolescente fica distante da proposta pedagógica do ECA e, segundo Volpi (2001), a sociedade, por sua vez, tem a sensação de que retirando o “malfeitor” do meio social, estaria eliminando também o delito.

15 Assistente social, entrevistada em 22/08/2007.

Aliena a sociedade da compreensão relacionada à construção do delito no seu próprio interior. Subjetiva o delito como uma prática individual e isolada, restringindo a compreensão social do fenômeno a uma explicação não ontológica (VOLPI, 2001, p. 55).

Assim, podemos afirmar que, em Muriaé, há falta de recursos para o cumprimento das medidas sócio-educativas como previstas pelo ECA, especialmente na de internação em estabelecimento educacional. Existe na cidade – e também em muitos outros municípios espalhados pelo país – uma grande distância entre o discurso e a prática, face à falta de políticas públicas. Criaram-se as medidas sócio-educativas, mas, em inúmeras cidades, não foi providenciada a infra-estrutura para assistir tais medidas.

Considerações finais

Diante de todo estudo realizado conclui-se que de 1830 com o Código Criminal até 1964 com FUNABEM, a PNBEM e as FEBEMs, a proteção destinada aos adolescentes com prática de ato infracional, esteve alicerçada por uma perspectiva de preconceitos, moralização e criminalização da pobreza, no qual prevaleceu a lógica da situação irregular e da institucionalização no SAM, nas FEBEMs e em todas as instituições pretéritas, e as legislações como o Código Mello de Matos de 1927 e o Código de Menores de 1979, só vieram reiterar a situação irregular. Foi um período obscuro no que consiste aos direitos dos adolescentes acusados de ato infracional, o tempo todo marcado por motins, fugas, rebeliões e cenas de torturas.

Com a década de 1980, ocorreram avanços na proteção a criança e ao adolescente, com a constituição federal de 1988, fruto de movimentos sociais no país. Em seu art. 227, preconiza que a garantia de direitos da criança é dever da família, sociedade e Estado. No bojo dessas mudanças e aberturas de direito, na década de 1990 é homologado o ECA (lei 8069/90), um avanço na garantia de direitos da criança e do adolescente.

No que consiste ao adolescente acusado de ato infracional, o ECA traz as medidas sócio-educativas, que se voltam para um cunho pedagógico, diferente de tudo que já foi proposto nas legislações anteriores, sai da situação irregular e adentra na doutrina da proteção integral, e o adolescente acusado de ato infracional passa a ser visto como cidadão e sujeito de direitos.

No Brasil, embora o ECA seja um avanço no campo da proteção integral, esse surge junto ao advento do neoliberalismo, ideário político e econômico

que retoma a lógica de Estado mínimo e mercado máximo, sucateamento as políticas públicas, transferência do dever do Estado para as famílias. É o caso dos adolescentes acusados de ato infracional, pois na lógica neoliberal, numa perspectiva de culpabilização do indivíduo, acredita-se que essas famílias não deram conta da educação de seus filhos e estes caíram na “criminalidade”, divulga-se ainda que as famílias estejam “desestruturadas”, quando na verdade o que esta desestruturado é o sistema capitalista excludente que abarca apenas a parcela da população que tem acesso ao mercado, deixando o “resto” à margem das oportunidades, tornando inviável enfrentar os rebatimentos do ajuste neoliberal que se manifesta através das diversas expressões da questão social.

Assim toda a proposta do ECA, alicerçada com CONANDA, CMDCA, Conselhos Tutelares, e recentemente com o SINASE, sofre o sucateamento e o corte dos gastos promovidos pelo ideário neoliberal.

Nesse contexto, a medida de internação em estabelecimento educacional acaba por se tornar uma caricatura de um sistema prisional falido. Antigos padrões dos códigos pretéritos disputam espaço com as propostas do ECA, prevalece as rebeliões, as torturas, os guardas de seguranças autoritários, as “FEBEMs” apesar de “extintas” formalmente ainda estão no cenário de diversos estados (com a mesma nomenclatura ou com outra) com suas ações falidas.

Em se tratando da Comarca de Muriaé-MG, observa-se uma ausência de políticas destinadas para os adolescentes acusados de ato infracional, e a não existência de uma instituição de internação com as propostas pedagógicas do ECA. Observou-se que os adolescentes cumprem tal medida em cadeia pública, e a partir de relatos dos mesmos, constata-se que dividem o espaço com ratos, baratas, grupos rivais. Tendo que conviver com a violência de outros “companheiros” de cela, com nenhuma atividade de cunho pedagógico, passando seu tempo ocioso, vendo televisão, conversando entre os colegas e tentando arrumar alguma coisa para fazer como, por exemplo, artesanatos.

Esses adolescentes não são tratados como pessoas e sim como “coisas”, e o poder judiciário dá respaldo para que esses adolescentes fiquem presos dessa forma, pois mais vale a segurança e paz social do que ter um “criminoso” a solta.

Portanto pode-se reafirmar que a medida de internação em estabelecimento educacional, reitera as práticas existentes do sistema prisional, vindo a ser uma caricatura do mesmo.

O estudo de caso do adolescente C leva a perceber que muitos adolescentes caem no mundo do crime, devido as condições sociais desfavoráveis. Esses passam por necessidades básicas como o direito à alimentação, e além disso enfrentam situações de violências por pais, em sua grande maioria, também excluídos do acesso aos direitos políticos, civis e sociais.

Esses adolescentes pensam em sair do acautelamento e ser “alguém na vida”, mas sentem medo do que os esperam lá fora, dos inimigos, da discriminação da sociedade pela sua condição social. Nesse ponto cabe abrir um parêntese, que não há o intuito por parte do autor desse trabalho de criminalizar a pobreza, pois o crime não é de responsabilidade dos pobres, mas somente estes que são punidos pelo Estado, ou seja, ainda permanece um sistema judiciário seletivo, que pune uma parcela da sociedade para dar respostas a respeito da violência.

Então conclui-se que a medida de internação em estabelecimento educacional só vai funcionar com um projeto pedagógico bem alicerçado, a partir da substituição de guardas de segurança por educadores sociais que tratem os adolescentes, independente do que eles fizeram, como sujeitos de direitos, e que essas instituições preparem esses adolescentes para voltar à vida fora da internação, através da profissionalização.

O cumprimento da medida de internação não deve parar com o fim desta, pois muitos adolescentes, como o caso estudado em Muriaé, MG, têm medo de voltar para a convivência social, pelo fato de muitos sofrerem ameaça de morte por parte de inimigos de grupos rivais, o que leva a se pensar em uma proposta de um programa de proteção aos adolescentes em risco de morte como uma boa alternativa.

Não se deve, todavia cair na perspectiva de colocar o adolescente como vítima, pois ele cometeu uma contravenção penal e precisa sim cumprir uma pena, para perceber que precisa de limites para viver em sociedade, mas que cumpra essa pena de forma justa e digna de um ser humano.

Entretanto, cabe lembrar que a medida de internação em estabelecimento educacional é a última alternativa, e essa só deve ser aplicada em situações graves de atentar contra a vida humana, e para outras contravenções, devem se buscar as medidas de meio aberto como a prestação de serviços a comunidade e liberdade assistida, pois se sabe que o gasto com essas é bem menor do que com a medida de meio fechado.

Por isso, é importante dar maior atenção às medidas sócio-educativas de meio aberto, com programas de qualidade que dêem alicerces a estas e com a intersetorialidade das políticas.

Enfim conclui-se que a solução seria investir nas políticas públicas voltadas para a inclusão das famílias, a fim de afastar os adolescentes do ato infracional, mas essa solução bate de frente com o contexto atual alicerçado pelo ideário neoliberal, e, dessa forma, Muriaé, MG, como outras cidades do Brasil, é o reflexo desse sistema que corta e precariza o que é público em todo o país. Todavia sem dotação orçamentária e sem vontade política não se faz política pública em lugar nenhum.

Referências bibliográficas

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio de Castro; LEAL Maria Cristina (ORGs). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5 ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. IN: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 6ª Região. Coletânea de leis. Belo Horizonte: CRESS, 2004.

CAMPOS, Fernando Soares. Adolescentes infratores acautelados: uma caricatura dos sistemas penitenciários. In: ZAMORA, Maria Helena (Org). **Para além das grades**: elementos para a transformação do sistema socioeducativo. São Paulo: PUC-Rio; Loyola, 2005.

FARIA, Maria Auxiliadora. **O que ficou dos 178 anos da história de Muriaé**. Itaperuna: Damadá, 1995.

FERNANDES, Maria Vera Mothé. **O adolescente infrator e a liberdade assistida**: um fenômeno sócio-jurídico. Rio de Janeiro: CBCISS, 1998.

FERREIRA, Tânia da S. **Direito da criança e do adolescente**: uma proposta interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

GONÇALVES, Hebe Signorini. Medidas socioeducativas: avanços e retrocessos no trato do adolescente autor de ato infracional. In: ZAMORA, Maria Helena (Org). **Para além das grades**: elementos para a transformação do sistema socioeducativo. São Paulo: PUC-Rio; Loyola, 2005.

PEREIRA, Almir Rogério. Histórico da política de atendimento à criança e ao adolescente no Brasil. In: DINIZ, Andréa; CUNHA, Ricardo (Orgs). **Visualizando a política de atendimento**: à criança e ao adolescente. Rio de Janeiro: Kroart, 1998.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)**. Brasília: CONANDA, 2006.

SÊDA, Edson. **A criança e a mão do gato**: guia do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro: Adês, 2001.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SPOSATO, Karyna Batista (COORD. e ORG.). **Guia teórico e prático de medidas socioeducativas**. São Paulo: ILANUD, UNICEF, 2004.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Liberdade assistida**: uma polêmica em aberto. São Paulo: IEE/PUC-SP; CBIA, 2001.

VOLPI, Mario. **Sem liberdade, sem direitos**: a privação de liberdade na percepção do adolescente. São Paulo: Cortez, 2001.

VOLPI, Mario. **O adolescente o ato infracional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.